

**EDUCADORES BRASILEIROS, MISSÕES
ESTRANGEIRAS E (DES)ENCONTROS
NA UNIVERSIDADE: UM CASO PORTUGUÊS
BRAZILIAN EDUCATORS, FOREIGN MISSIONS
AND (MIS)UNDERSTANDING WITHIN ACADEMIA:
A PORTUGUESE CASE**

Débora Dias

ORCID: 0000-0003-3216-4344

Resumo

Este artigo trata de discutir algumas das conflitualidades que brotaram durante o processo de consolidação do campo universitário brasileiro, em especial, quanto à política do intercâmbio acadêmico nas suas relações com Portugal e com o Estado Novo de Salazar. A partir de aspectos sobre o mundo acadêmico de meados do século XX, em especial sobre o recrutamento de professores estrangeiros para o ensino superior e suas relações com a constituição de uma informal “missão portuguesa” no pós-guerra, interessa compreender problemáticas da política de intercâmbios com Portugal. Para isso, recorre-se a uma fonte privilegiada, a correspondência pessoal entre um professor da Universidade de São Paulo, João Cruz Costa, e um professor da Universidade de Coimbra, Joaquim de Carvalho. Por meio das cartas, é possível perceber nuances do jogo de bastidores dos intercâmbios acadêmicos e de como a conjuntura luso-brasileira se relaciona com essas políticas.

Palavras-chave: acordos luso-brasileiros; intercâmbio universitário; Universidade de São Paulo; Universidade de Coimbra.

Abstract

This article discusses some of the conflicts that emerged during a period of consolidation for Brazilian universities in the mid-20th century, particularly with regard to the policy of academic exchanges with Portugal and Salazar's Novo Estado regime. By exploring aspects of the academic realm during that period, especially the recruitment of foreign professors in higher education and its relation to the development of an informal post-war "Portuguese mission", it seeks to provide a deeper understanding of the problems associated with that policy. This is done through the examination of a unique source: a personal correspondence between João Cruz Costa, a professor at the University of São Paulo, and Joaquim de Carvalho, a professor at the University of Coimbra. In the letters exchanged between them, one can observe the nuances of the negotiations that played out in academic exchanges and how the Luso-Brazilian context relates to these policies.

Keywords: Luso-Brazilian agreements; university exchange; University of São Paulo; University of Coimbra.

Introdução

Em meados do século XX, a política de intercâmbios universitários entre Brasil e Portugal se relaciona com estímulos e bloqueios a deslocamentos, a representações oficiosas e a permanências. Para desenvolver alguns desses pontos, recorreremos a uma fonte privilegiada: a correspondência pessoal do professor da Universidade de São Paulo (USP), João Cruz Costa (1904-1978)¹, e do professor da Universidade de Coim-

¹ Filho de português da Figueira da Foz, com descendência materna italiana, nascido e criado em São Paulo, João Cruz Costa cresceu em uma família com recur-

bra (UC), Joaquim de Carvalho (1892-1958)². Esses dois interlocutores situam-se num campo democrático e antissalazarista. Enquanto o português se identificava com o pensamento demoliberal, o brasileiro se aproximava de concepções socialistas desde a sua formação. Estabeleceram uma correspondência desde 1937, mas que ganhou densidade nos anos de 1950, ou seja, num tempo de ditadura em Portugal e numa época de instabilidade política no Brasil. Por outro lado, se a repressão só se abateu mais implacavelmente sobre Cruz Costa em 1964, com o golpe civil-militar que instaurou um novo ciclo ditatorial no Brasil, Carvalho estava entre as *personae non gratae* do regime português: já tinha sido demitido de diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra (1931) e sofrido a extinção da Imprensa da mesma instituição (1934). E a ameaça de outros arbítrios pairou sempre como um fantasma na mente dos correspondentes, tanto mais que a sentiam na vida universitária e na vigilância e violação da correspondência.

Antes de chegar a um dos exemplos da correspondência, seguem algumas notas sobre o ambiente ao qual os interlocutores se referem, como mostras da amplitude dos assuntos que atravessam direta ou indiretamente o diálogo entre os dois educadores.

A jovem universidade brasileira e as missões estrangeiras

Na vasta bibliografia que discute o tema, é recorrente invocar-se as características da colonização portuguesa para explicar ou problematizar

sos capazes de lhe oferecer uma educação privilegiada. Após período de estudos em França, e uma passagem pela Faculdade de Medicina, foi o primeiro aluno matriculado na recente FFCL-USP (1934). Tornou-se professor catedrático de Filosofia na mesma instituição.

² Joaquim de Carvalho foi historiador da filosofia e da cultura portuguesa, editor, educador, administrador de bibliotecas. Nasceu na cidade portuguesa da Figueira da Foz, licenciou-se pela Universidade de Coimbra, primeiro em Direito (1909-1914) e depois em Filosofia (1915), mesma instituição onde foi professor catedrático.

esta interpretação: embora o ensino superior no Brasil já existisse³, a instituição da Universidade foi tardia em relação a países de presença hispânica na América Latina⁴. Formal e oficialmente, a universidade brasileira foi obra do Estado republicano no século XX, com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ)⁵. Em 1920, a instituição nasceu da reunião das escolas superiores existentes na Capital – a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito –, ideia filha da forte influência do positivismo nos republicanos cariocas. Se a Universidade de Coimbra foi vista como o modelo “identitário” mais próximo e mais conhecido dos projetos em discussão e disputa, coube à universidade francesa, sobretudo ao seu chamado “modelo napoleônico”, a influência maior na organização do ensino brasileiro universitário do período⁶, voltado para o cultivo de profissões “úteis” à sociedade⁷.

Sem entrar na análise das questões em torno da iniciativa que levou à implantação da URJ, depois remodelada em Universidade do Brasil (UB), frise-se que, na década de 1920, o debate sobre o chamado “problema universitário”, sobre concepções, funções e modelos, foi reavi-

³ Quer se considere o ensino de escolas jesuítas no período colonial, ou somente a partir da criação de instituições de ensino superior influenciados pela transferência da Corte ao Brasil em 1908.

⁴ Sem ter como objetivo desenvolver a questão, vale conferir, entre outros: AZEVEDO, Fernando de – *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Editora da USP, 1971; CUNHA, Luiz Antonio – *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980; CARVALHO, José Murilo de – *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; TEIXEIRA, Anísio – *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1989*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

⁵ A URJ foi criada pelo Decreto 14.343, de 7/9/1920. Sem entrar nas controvérsias de origem, registre-se que foram criadas três universidades estaduais no país, de caráter livre: em 1909 (Amazonas), em 1911 (São Paulo) e em 1912 (Paraná). No entanto, não podiam emitir diplomas com validade oficial (ÉSTHER, 2010, p. 165-182).

⁶ ÉSTHER, Angelo Brigato – “Discursos e percursos identitários da Universidade brasileira na Primeira República (1889-1930)”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI/FLUC. v. 33 (2012), p. 424.

⁷ CATROGA, Fernando – “A Universidade Portuguesa e as Universidades Europeias”. In NETO, Vítor (coord.) – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010. p. 91-164.

vado e intensificado. No pós-1945, com o fim do Estado Novo de Vargas e um novo período de redemocratização no Brasil, começam a se esboçar tentativas de luta por autonomia universitária⁸.

Destaque-se também como fruto dos debates travados na década de 1920, a criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927, e, principalmente, o papel do grupo de educadores vinculados à Liga Nacionalista e ao jornal *O Estado de São Paulo*, na campanha pela criação de uma universidade na capital paulista nesse período. Fernando Limongi situa tal campanha como parte de uma pregação cívica e política maior, cuja centralidade radicava no papel atribuído à educação nacional, principalmente do seu *escol*, na aceleração do desenvolvimento do País. Isto é, um “deslizamento” da preocupação educacional da alfabetização para a universidade. Assim, segundo ele, não se devia colocar no centro do problema a educação básica, mas a formação de “elites desinteressadas” e de professores do ensino secundário. E estas também eram as ideias compartilhadas pelos educadores que doutrinavam nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo* e que se foram afirmando como o principal grupo a lutar pela criação da USP⁹.

A situação do grupo alterou-se decisivamente na passagem dos anos de 1920 para 1930, com o fim da Primeira República (1889-1930) e a ascensão de Getúlio Vargas, intitulada com ressalvas pela historiografia como “Revolução de 30”. A reação não tardou, vinda de São Paulo, principal base política do regime da chamada República Velha, e onde se lançou um movimento, socialmente amplo, de enaltecimento dos valores regionais, liderado, sobretudo, por elites cafeeiras. Embora tenham perdido espaço na cena nacional, os “renovadores” paulistas

⁸ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque – “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR. n. 28 (2006), p. 17-36.

⁹ LIMONGI, Fernando – “Mentores e clientela da Universidade de São Paulo”. In MICELI, Sérgio (org.) – *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989. vol. I.

ganharam significativo peso no panorama regional, assumindo a direção do aparelho de ensino até 1937. Isto é, com a derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista, Vargas abriu-se a uma nova composição política com os paulistas, nomeando interventor Armando de Sales Oliveira, um civil que tinha apoiado o movimento constitucionalista, engenheiro formado pela Escola Politécnica e um dos sócios do jornal *O Estado de São Paulo*. Nesse governo – apostado na reorganização das elites políticas – o novo interventor se volta para reconstrução do aparelho administrativo de São Paulo e para o reescalonamento das dívidas dos agricultores. E, no campo da cultura, envolve-se com o seu cunhado, Júlio de Mesquita Filho (também proprietário daquele jornal) na criação da USP, cujo projeto contará com a participação ativa de outros dois nomes ligados ao periódico: Fernando de Azevedo e Paulo Duarte¹⁰.

Vale ressaltar o papel que o recrutamento de professores estrangeiros teve nos momentos fundacionais da universidade brasileira. O caso mais referido, mas não o único, é o da USP com a prioridade na contratação de europeus para as áreas em que consideravam não haver no Brasil profissionais suficientemente preparados. Daí que os termos “missão francesa”, “missão italiana” e “missão alemã” na USP, desde 1934, serviram – como definiu Antônio Cândido – para identificar o “grupo de professores estrangeiros que vieram contratados para inaugurar o ensino de matérias até então inexistentes em nível superior, ou renovar o de outras que, no currículo das velhas escolas, estavam ligadas ao intuito prático de formar profissionais liberais”¹¹.

¹⁰ PANDOLFI, Dulce (org.) – *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; MATE, Cecília Hanna – *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002.

¹¹ CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. p. 15.

Portugueses no Brasil e a conjuntura do pós-guerra

Menos citada e em menor número que o grupo de franceses, mas igualmente integrante desse movimento de contratação de professores estrangeiros, foi a participação de portugueses nos primeiros anos da FFCL-USP: Rebelo Gonçalves, para Filologia Portuguesa e Filologia Clássica (Língua e Literaturas Grega e Latina) entre 1935 e 1938; Fidelino Figueiredo para Literatura Luso-Brasileira, entre 1938 a 1951; e Urbano Canuto Soares que lecionou Língua e Literatura Latina a partir de 1939 a 1954.

Na emergência desta instituição, também foram convocados mitos de origem que remetiam para as raízes portuguesas, com a Universidade de Coimbra, fosse aquele que recebeu expressão ritualista através da “oferta da Colônia Portuguesa, sob os auspícios da Casa de Portugal”, da pedra fundamental que, em 1954, marcou o início simbólico da construção da Cidade Universitária¹². Mas fora do eixo oficial, encontra-se, ainda, uma intensa rede de permutas culturais, que envolveram várias áreas do saber e cuja capilaridade ultrapassou a capital paulista, fruto do contributo da chamada *missão portuguesa* no Brasil¹³. No ensino, mas também no mundo da edição, da literatura, das artes plásticas e da militância política, essa *missão* informal irradiou seu campo de ação, particularmente após a II Guerra Mundial. Ela é assinalável desde o fim dos anos de 1930, teve um maior incremento na década de 1940 e atingiu seu ponto máximo nos anos de 1950 a 1960. O golpe político de 1964, que instituiu a ditadura civil-militar brasileira, marcou o declínio dessa participação.

Note-se que, de 1949 a fins da década de 1950, há transformações internacionais que influenciaram o jogo de forças interno em Portugal. Com o acirramento da repressão, uma nova leva de exilados chegou ao

¹² CAMPOS, Ernesto de Souza – *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.

¹³ LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003.

Brasil nos anos de 1950, destino que já fazia parte da rota dos refugiados desde a década de 1930¹⁴, abrigando nomes como o republicano João Sarmiento Pimentel e, depois, Alberto Moura Pinto e o anarquista Inocêncio Câmara Pires.

No período, é clara a formação de uma nova conjuntura anti e pró-Salazar, em um momento singular da aproximação entre Portugal e Brasil. O ambiente político na ex-colônia, que desde 1930 tinha Getúlio Vargas na presidência, viveu um ciclo de autoritarismo de 1937 a 1945, também chamado de Estado Novo, como em Portugal. Os grupos de oposição a Salazar no Brasil engrossaram, na década de 1940, com a chegada de outros “indesejáveis” do regime. Alguns já haviam passado pelo exílio na Europa, mas, sob o impacto da II Guerra e do que se lhe seguiu, atravessaram o Atlântico, como foi o caso de Jaime de Morais e de Jaime Cortesão, ou vieram de outros destinos europeus, como aconteceu com Agostinho da Silva. E esta onda continuará no decurso da década de 1950. Entre outros, foram chegando personalidades como Fernando Queiroga (1950), Carlos Maria de Araújo (1952), Fernando Lemos (1953), Adolfo Casais Monteiro (1954), Maria Archer (1955), Vítor Ramos (1955), Manuel Rodrigues Lapa (1957), Jorge de Sena (1959), entre outros.

Também em Portugal, aos expurgados da Universidade, juntavam-se os perseguidos por suas ideias e escritos, e alguns dos impedidos de ingressar em quaisquer instituições de ensino, quer fossem públicas ou privadas, ou de progredir nas suas carreiras. Mesmo quando a opção foi permanecer em Portugal durante o salazarismo, partilhavam do sentimento de *exílio interior*, em razão da censura e da situação política que vigiava as suas vidas e o seu trabalho. Entre outros, destacamos os casos de Ferreira de Castro, Miguel Torga, Vergílio Ferreira, bem como

¹⁴ PAULO, Heloísa – “Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969”. In PAULO, Heloísa (coord.) – *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Editora, 2010. p. 177-186, p. 179.

o professor Joaquim de Carvalho após o fechamento da Imprensa da Universidade.

Não se pense, porém, que o exílio foi a única fonte de recrutamento para o Brasil, pois alguns dos intelectuais que hoje são arrolados como personalidades ativas com repercussão deslocaram-se a convite de instituições brasileiras, ou com bolsas do Instituto de Alta Cultura (IAC), instituição fundada pelo Estado Novo em 1952, com a finalidade de promover e apoiar os intercâmbios acadêmicos¹⁵. Com efeito, o IAC, a par de pugnar pelo “aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura estética”, e de conceder bolsas de investigação e estudo, tinha por papel “organizar ou subsidiar missões, visitas e viagens de estudo, quando delas possa fundamentalmente resultar benefício para os organismos culturais e para o Estado”¹⁶. E é um fato que a sua entrada em funções veio ampliar as condicionantes políticas dos relacionamentos culturais entre Portugal e o Brasil.

Na verdade, foi nessa conjuntura que a atuação internacional do governo brasileiro, especialmente a partir de 1951, ofereceu maior apoio ao regime de Lisboa. Desse contexto, saiu o Tratado de Amizade e Consulta, assinado por Getúlio e Salazar em 1953, que deu forma jurídica à Comunidade Luso-Brasileira. Isso num contexto em que a posição de recusa do governo de Salazar face à descolonização o levou a um grande isolamento e a virar-se para a antiga colônia como um dos possíveis suportes da sua política. Com o novo sistema internacional bastante adverso à causa colonialista, o Brasil emerge como aliado em potência

¹⁵ De 1952 a 1976, o Instituto de Alta Cultura (IAC) foi o organismo do Ministério da Educação Nacional de Portugal responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo. Substituiu o Instituto para a Alta Cultura, criado em 19 de maio de 1936, e, antes, a Junta de Educação Nacional (JEN), de 16 de janeiro de 1929. Cf. “Decreto-Lei n.º 38680”. *Diário da República*, n.º 61, Série I de 17/3/1952, p. 415-419. [Consult. 24 jun. 2019]. Disponível em: www.fct.pt/historia/docs/DecretoLei38680_1952.pdf.

¹⁶ *Ibidem*, p. 416.

na manutenção dos interesses geopolíticos de Portugal e como um precioso reforço externo para a manutenção do próprio regime.

Sem ser objetivo desse artigo o desenvolvimento destas questões, importa referir a participação das universidades num momento em que também se intensificaram as visitas presidenciais de ambos os países. O que é concretizado nos títulos de *Doutor Honoris Causa*: os brasileiros Café Filho (1955) e Juscelino Kubitschek (1960) receberam pela Universidade de Coimbra; o presidente português Craveiro Lopes pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e pela USP (1957), proposta que foi vivamente contestada pelos exilados portugueses sediados na capital paulista¹⁷.

Essas visitas também estavam inseridas em práticas simbólicas ricas de significado político, como aconteceu com a evocação do Brasil nas comemorações cívicas portuguesas e com a participação portuguesa nas festas cívicas brasileiras, nomeadamente nas celebrações dos Centenários. Em mais um exemplo, no ano de 1954, são duas as festividades no Brasil com relevante participação portuguesa: o Tricentenário da Restauração Pernambucana e o IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. No caso deste, além da ativa participação de intelectuais brasileiros e portugueses antissalazaristas, houve uma intensa negociação com o governo português, apostado em garantir, contra a crescente visibilidade e prestígio de muitos dos exilados, a presença de escritores e estudiosos escolhidos e indicados pelas instituições oficiais. E essa não era a primeira vez que o Estado Novo de Portugal enviava, através do já citado IAC, “missões intelectuais ou culturais” constituídas por artistas e estudiosos que, se não eram estritamente agentes de propaganda do regime (nem todos faziam a sua defesa abertamente), representavam valores e o tipo de intelectual que lhe interessava promover.

¹⁷ SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: ICS, 2006. (Coleção Estudos e Investigações n.º 42). p. 62.

É verdade que aquela instituição também apoiou viagens pontuais de alguns acadêmicos que se impunham pela sua valia científica, ou que, possuindo esta, depois de uma fase de oposição, tinham silenciado o seu oposicionismo. Foi esse o caso de Vitorino Nemésio, de Hernâni Cidade e de Orlando Ribeiro, entre outros.

Não surpreende, assim, que a afirmação do papel dos exilados e das suas articulações com os seus companheiros brasileiros tenha sido indissociável das repercussões das lutas políticas no interior do campo intelectual, com relevo para o do mundo acadêmico, muito polarizado e influenciado pela ação das “missões estrangeiras”. Nesse sentido, um dos vários episódios abordados pela correspondência demonstra a intensidade e o jogo de bastidores dessa conflitualidade, precisamente na conjuntura em que, finalmente, Joaquim de Carvalho viu concretizado o seu sonho de visitar o Brasil.

(In)confidências em torno da vida universitária

Como já referido, o professor catedrático da UC, Joaquim de Carvalho, também participa desse movimento de portugueses ao Brasil como professor visitante da USP. Mas, se a viagem de 1953 era enquadrável nos objetivos visados pelas “missões culturais” oficiais, ela também possuía uma individualidade e uma especificidade que não passaram despercebidas – boa parte resultante da necessidade que houve de contornar resistências oriundas do interior do regime ditatorial português. Por isso, se o convite oficial partiu da USP, mais especificamente do professor de Filosofia João Cruz Costa, o desencadear do processo e o apoio que recebeu também não foram alheios a movimentações de um grupo de intelectuais brasileiros assumidamente antissalazaristas¹⁸.

¹⁸ DIAS, Débora – “Joaquim de Carvalho e a missão portuguesa no Brasil”. In PAULO, Heloísa (org.) – *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].

Porém, ainda que colateralmente, por ele também passaram as conflitualidades que brotaram da formação e afirmação do novo campo universitário brasileiro, nas suas disputas internas e também nos posicionamentos existentes em relação a Portugal. Toda essa conjuntura faz com que uma análise mais profunda do “caso da viagem” de Carvalho tenha que pressupor o tipo de conexões que então existiam entre a cultura e o poder político.

Entre os episódios registrados pela correspondência que manteve com Cruz Costa, muitos estão longes dos registros oficiais. Um exemplo é oferecido por Joaquim de Carvalho na viagem de retorno a Portugal (1953), quando, na paragem em Salvador, se apressou a escrever ao amigo para o informar de um encontro com o português Antônio de Medeiros Gouveia, então secretário do IAC. Segundo Carvalho, ele deixou o contato de Cruz Costa com Medeiros para fazer a ponte entre o português e o jornalista Paulo Duarte, em São Paulo. Sabendo que Costa estava interessado em angariar apoios para a realização do II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros¹⁹, previsto para o ano seguinte na capital paulista, Carvalho aproveitava a oportunidade para abrir portas em Portugal a investigadores brasileiros que poderiam ser apoiados pelo IAC (especificamente a Lineu de Camargo Schützer e Lourival Gomes Machado). No entanto, por se tratar de um representante oficial do governo, e dado o perfil antissalazarista de Cruz Costa, parecia necessário recomendar ao seu correspondente e amigo cuidado no trato, incluindo freios a possíveis *gracinhas* contra o regime. Diz Carvalho:

¹⁹ A interferência direta da política de Estado nos colóquios luso-brasileiros é analisada por Maria de Fátima Ribeiro, que aponta essa característica desde a instituição da série em 1950. O I Colóquio realizou-se em Washington como parte das comemorações do sesquicentenário da Biblioteca do Congresso norte-americano, em copromoção com a Vanderbilt University. Mais do que meros anfitriões, os Estados Unidos tornaram-se participantes privilegiados dos demais eventos. Já a organização do II Colóquio, em São Paulo, foi proposta oficialmente pelo presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Oliveira Salazar, ao Itamaraty (RIBEIRO, 2003).

Ontem, no Rio dei ao Dr. Medeiros de Gouveia um cartão de apresentação p si. Nele lhe peço q o apresente ao Paulo Duarte a quem ele queria explicar o q há oficialmente acerca do colóquio luso-brasileiro, e ainda q o apresente a Lourival e a Schültze, p^a. o ciceroniarem ai. Falei-lhe deles como merecedores de bolsas p^a. Portugal; eles q se não deem por achada, mas preparem o terreno como puderem, com prudente discricção. Ele é do Governo; tome, pois, cuidado em não o ferir com as gracinhas do seu feitio, tanto mais q eu pintei o seu cartaz bem pintado²⁰.

Na resposta, Cruz Costa duvidava que o contato se fizesse, justamente porque o representante do IAC seria informado, por outras fontes, do seu posicionamento político. Demais, também duvidava que, por causa do ambiente político brasileiro, de crescente oposição a Getúlio Vargas, o Colóquio se viesse a realizar, uma vez que outros eventos previstos já estavam cercados por *receios*, ou seja, segundo Cruz Costa, *ainda muita água suja vai correr*:

Nada recebi do Dr. Medeiros de Gouveia. Disse-me o senhor que ele tinha tendencias para a “gandaia”, como cá se diz... Mas – pelo geito – é dos gandaios sérios... Pois lá o levarei, muito circunspecto, ao Paulo. O que eu não creio é que ele me procure, sabem todos, muito bem, das minhas opiniões e informá-lo-ão. Verá. O certo, porém, é que ele chegou no fim de um periodo de euforia para certa gente. A cousa está a mudar e continua na mudança. Neves da Fontoura passou para a oposição. Ainda atenuada mas já oposição. Em S. Paulo, oposição e, logo, oposição em Minas. Mudou a atmosfera e até o tal simpósio, na sua “conclusão”, teve certo receio... Retornamos, rapidos, a 1945. Paulo Duarte, pelo geito, passou a conselheiro importante (confidencialmente e com reservas) do Governador. E, o secretariado, mesmo no que ele tinha ainda de “verde”, está demissionário. A critica, a mais livre e desabusada, dizendo verdades que deviam ser ditas, está solta e livre. E, os velhos, os antigos, desacreditados. Mas, ainda muita agua suja vai correr²¹.

²⁰ BFF-USP – Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Salvador, 12/6/1953, fl.1(frente e verso).

²¹ AFJC – Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho. São Paulo, 20/7/1953, fl.1 e 2.

Por meio do relato, Joaquim de Carvalho não só recebia informações seguras acerca dos bastidores da política paulista – Paulo Duarte estava então próximo ao governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez – como possuía uma fonte que lhe permitia ler nas entrelinhas e compreender o insinuado. O oposto também acontecia. No desenrolar dos acontecimentos, o professor de Coimbra revelou ao amigo outros interesses na ação do representante do IAC em São Paulo, agora ligados à indicação de um professor, chancelado pelo regime português, para a Cadeira de Língua e Literatura Latina da USP. Substituiria o então titular, Urbano Canuto Soares, que chegara de Portugal em 1939 para lecionar na Universidade. Essa operação era descrita, assim, a Cruz Costa, em agosto de 1953:

Já lhe apareceu o Medeiros de Gouveia? Aqui para nós, confidencialmente: ele tem o propósito de conseguir que, pelo acordo, a Faculdade aceite um candidato para a vaga que o Canuto abrirá. O que fará em troca, não sei, mas o q lhe digo tenho-o por certo”²².

Frente à demora da resposta do amigo (saberiam, mais tarde, que o atraso se deu à interceptação da correspondência), Carvalho tornou a indagar acerca das iniciativas de Medeiros de Gouveia. Na carta de 14 de agosto de 1953, Cruz Costa respondia que o secretário do IAC não havia entrado em contato com ele. “Virá?...”. Tinha dúvidas. No entanto, ia noticiando que outros professores tinham chegado por meio de acordos diplomáticos, não mais para regerem cátedras, como antes, mas como professores visitantes ou para intervenções pontuais. Entre os “vários conferencistas estrangeiros” que estavam na USP, convidados pelo Itamaraty, incluía-se o professor de Direito, José Belleza dos Santos, então reitor da Universidade de Coimbra. Na sequência, em 11 de setembro de 1953, Cruz Costa tornava a expressar seu ceticismo quanto

²² BFF-USP – Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Salvador, 15/8/1953, fl.1 e 2.

ao encontro com o emissário do IAC, além de sublinhar as vantagens em não travar *gentilezas* com um nome ligado ao regime em Portugal. Para ele, baseado em conversa com o próprio Canuto, e por saber das expectativas dos assistentes da Faculdade, Medeiros de Gouveia não teria sucesso na indicação do substituto.

O retorno ao tema, por parte de Joaquim de Carvalho, reitera o seu interesse no desfecho da negociação entre o Instituto de Alta Cultura e a USP, mas também sugere curiosidade em saber se Medeiros Gouveia seguiu sua indicação ou não. Na carta de 8 de outubro de 1953, o professor lamenta que os jornais portugueses já dessem o acordo por selado, o que, do seu ponto de vista, seria danoso para as trocas de conhecimento entre acadêmicos dos dois países: por um lado, a indicação de professores portugueses acabaria por ser chancelada pelo regime, mas, por outro lado, também seria natural que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras defendesse seus nomes próprios e se opusesse à indicação externa.

O professor Urbano Canuto Soares ainda ficaria mais um ano na USP e o caso se resolveu sem a indicação do IAC. Como Cruz Costa esperava, não foi procurado por Medeiros de Gouveia. Entretanto, uma nova negociação se desenvolvia, agora movida pela proposta do IAC para se criar, em São Paulo, uma cadeira de Estudos Portugueses e, em troca, outra de Estudos Brasileiros, em Coimbra. Novamente, levantou-se a polêmica acerca da prerrogativa do governo português na indicação de nomes para o Brasil. Na sessão do Conselho Universitário da USP, de 20/11/1953, foi finalmente celebrado o Convênio Cultural com o Instituto de Alta Cultura de Portugal e, com ele, a criação do Instituto de Estudos Portugueses em São Paulo. No entanto, o acordo gerará novas disputas tanto na FFCL-USP, como em Coimbra.

Sem poder desenvolver aqui este outro episódio, cabe reforçar que as advertências e juízos intercambiados por Costa e por Carvalho sobre os personagens, contribuem para a questão de fundo que é a de conhecer melhor as incidências das conflitualidades político-ideológicas nos

intercâmbios culturais luso-brasileiros do período, bem como as lógicas que operam nas suas rupturas e continuidades.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Ernesto de Souza – *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954. 582 p. ISBN 978-8531408151.
- CÂNDIDO, Antônio – “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. ISBN 85-7139461X. p. 15-20.
- CATROGA, Fernando – “A Universidade Portuguesa e as Universidades Europeias”. In NETO, Vítor (coord.) – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-9724047348. p. 91-164.
- DIAS, Débora – “Joaquim de Carvalho e a missão portuguesa no Brasil”. In PAULO, Heloísa (org.) – *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].
- ÉSTHER, Angelo Brigato – “A Universidade Brasileira: Tensões, Contradições e Perspectivas em sua Trajetória”. In NETO, Vítor (coord.) – *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-9724047348. p. 165-182.
- ÉSTHER, Angelo Brigato – “Discursos e percursos identitários da Universidade brasileira na Primeira República (1889-1930)”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI/FLUC. v. 33 (2012), p. 421-461. ISBN 9783387009583.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque – “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR. ISSN 0104-4060. n. 28 (2006). p. 17-36.
- LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. 233 p. ISBN 85-7139461X.
- LIMONGI, Fernando – “Mentores e clientela da Universidade de São Paulo”. In MICELI, Sérgio (org.) – *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989. ISBN 8585408359. vol. I, p. 111-187.
- MATE, Cecília Hanna – *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002. 182 p. ISBN 978-8574601588.
- PANDOLFI, Dulce (org.) – *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 348 p. ISBN 978-8522502837.
- PAULO, Heloísa – “Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969”. In PAULO, Heloísa (coord.) – *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Editora, 2010. ISBN 978-9727982714. p. 177-186.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Maia – “IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.) – *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. ISBN 85-7139461X. p. 28-38.

SILVA, Douglas Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: ICS, 2006. 162 p. (Coleção Estudos e Investigações n° 42). ISBN 978-9726711759.

Fontes

Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo (BFF-USP) – Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Salvador, 12/6/1953 e 15/8/1953.

Arquivo Familiar Joaquim de Carvalho (AFJC) – Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 20/7/1953.